



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | novembro 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de novembro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpearl.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



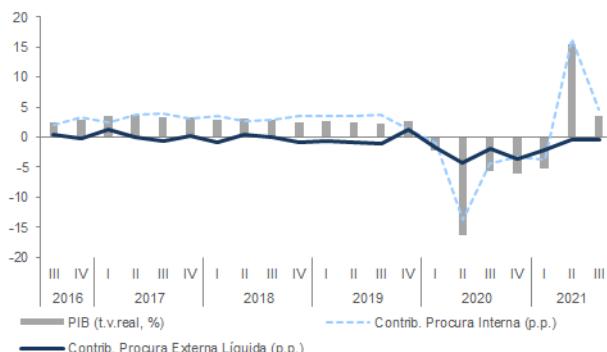
(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais registou uma variação homóloga de 4,2% (16,1% no segundo trimestre). Para esta evolução, destaca-se o contributo positivo expressivo da procura interna, embora menos intenso que no trimestre anterior, enquanto o contributo da procura externa líquida manteve-se negativo.

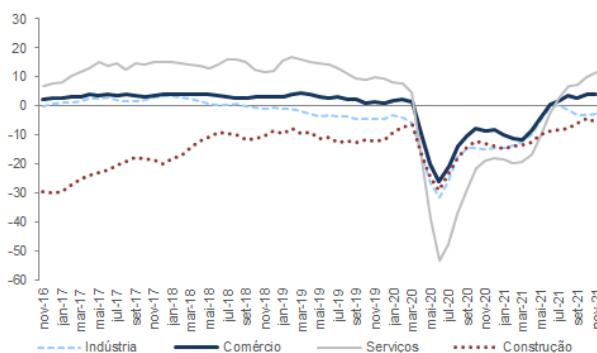
**Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)**



Fonte: INE

De acordo com o INE, no mês de novembro, observou-se uma melhoria nos indicadores de confiança nos sectores da indústria e serviços e uma quebra nos setores do comércio e da construção, em relação ao mês de outubro.

**Figura 2.2. Indicadores de confiança
(SRE, MM3)**



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

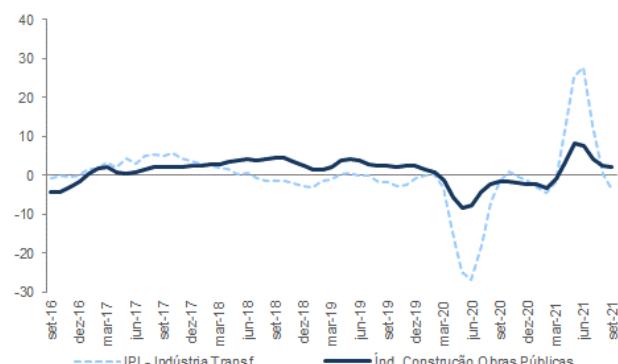
Indicador	Unidade	2020	2020			2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-8,4	-6,3	-6,8	-5,7	16,1	4,2	-	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-12	-15	-0,8	-1,5	1,5	1,6	1,3	1,9	1,6	2,4	1,9	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-14,8	-14,3	-12,4	-0,7	-3,3	-3,2	-4,1	-2,6	-3,4	-2,1	
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	-10,5	-8,3	-11,5	0,6	2,5	1,6	4,0	2,0	5,5	3,8	
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	-28,4	-18,2	-19,2	-2,6	7,2	5,2	8,6	7,9	12,9	14,7	
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-14,4	-14,1	-13,4	-8,6	-6,0	-9,8	-4,0	-4,3	-4,0	-8,9	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,3	-1,3	-1,4	-1,7	27,8	-3,9	0,1	-7,7	-3,6	-3,9	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,7	-6,7	-6,6	-0,4	39,8	11,0	11,8	12,7	8,9	:	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,7	-14,4	-13,4	-12,6	30,4	11,7	11,1	10,9	13,0	:	:	

Fonte: INE.

Numa perspetiva sectorial, os dados quantitativos, em termos médios homólogos, mostram que:

- No trimestre terminado em outubro, o índice de produção da indústria transformadora apresentou uma queda de 5,1% (-3,9% no terceiro trimestre) e o índice de volume de negócios no comércio a retalho um crescimento de 3,3% (2,7% no terceiro trimestre);
- Na indústria transformadora, no terceiro trimestre, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 11% (39,8% no segundo trimestre);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou um crescimento de 2% no terceiro trimestre (7,7% no segundo trimestre);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 11,7% no terceiro trimestre (30,4% no segundo trimestre).

**Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)**

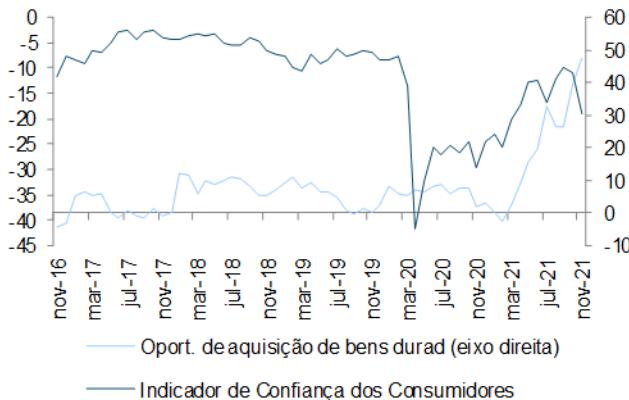


Fonte: INE

Consumo Privado

Em outubro e novembro, verificou-se uma descida no indicador de confiança dos consumidores, de forma mais significativa no último mês, após ter aumentado nos dois meses precedentes. Os indicadores de confiança diminuíram na construção e obras públicas e no comércio, tendo aumentado na indústria transformadora e nos serviços.

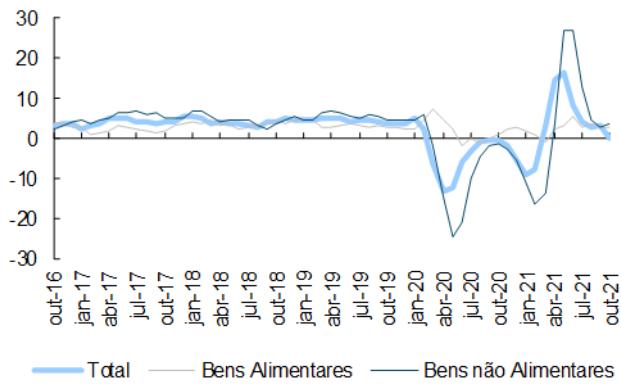
Figura 2.4. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em termos homólogos, no trimestre terminado em outubro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresentou uma variação de 3,3% (2,7% no terceiro trimestre). Para esta evolução contribuíram os agrupamentos dos bens alimentares e dos bens não alimentares com variações de 2,6% e 3,8% respetivamente (2,8% e 2,7% no terceiro trimestre, respetivamente).

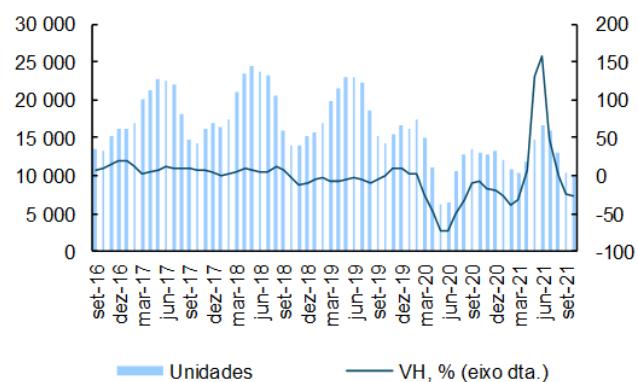
Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

Em outubro foram vendidos 10 576 veículos ligeiros de passageiros, menos 210 unidades do que setembro e menos 3 103 unidades do que em outubro de 2020, correspondendo a uma variação homóloga de -22,7%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

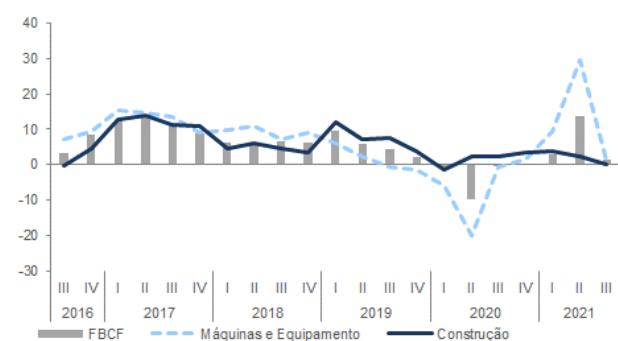
Indicador	Unidade	2020	2020			2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-7,1	-4,7	-5,6	-7,1	18,8	4,6	-	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-26,3	-26,2	-23,0	-14,2	-12,9	-17,0	-11,9	-9,9	-11,0	-19,2	
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	-29,4	-19,1	-28,2	-13,9	2,9	-4,8	7,1	6,3	1,6	0,0	
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	-1,0	-2,0	-7,7	16,4	2,7	1,9	3,6	2,8	3,4	:	
Bens Alimentares	VH	1,8	0,1	2,6	-0,8	5,5	2,8	2,5	3,8	2,0	2,0	:	
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-1,8	-5,5	-13,6	26,9	2,7	1,3	3,5	3,4	4,6	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-10,2	-20,1	-31,5	157,6	-23,8	-19,0	-35,8	-18,2	-22,7	:	
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,6	-7,1	-5,5	-10,0	20,7	7,2	6,7	8,9	6,2	:	:	

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2021, o investimento em volume registrou um crescimento homólogo de 5,8% (variações de 12,3% no trimestre anterior e de -9,6% no terceiro trimestre de 2020). A FBCF total apresentou um crescimento homólogo de 1,5% (13,6% no trimestre anterior e -0,5% no terceiro trimestre de 2020).

O investimento em máquinas e equipamentos e em construção registou variações homólogas positivas de 1% e 0,1%, respetivamente, enquanto que o investimento em material de transporte registou uma queda de 3,2%.

Figura 2.7. FBCF e Componentes
(VH, MM3)

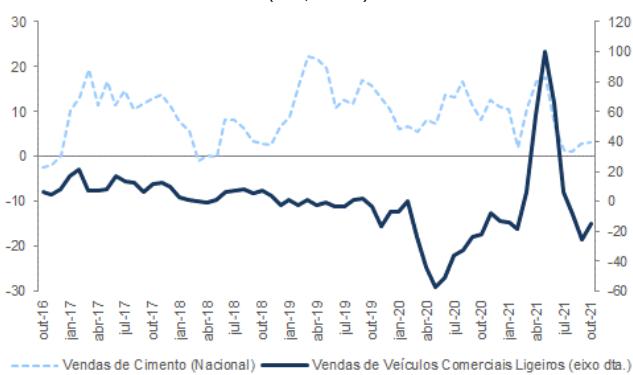


Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em outubro, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento registaram um crescimento de 3,1% (2,9% no terceiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma queda de 14,6% (-25,6% no terceiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram uma queda de 15,5% (-30,4% no terceiro trimestre).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

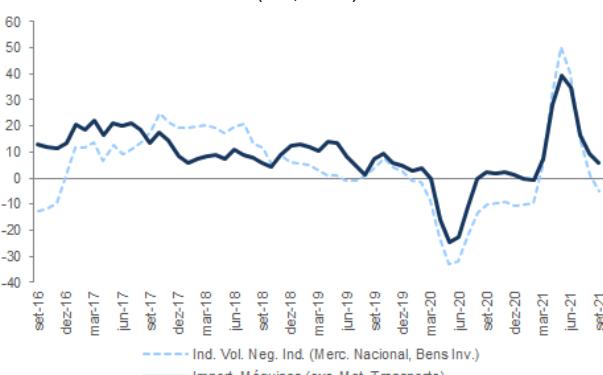


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No terceiro trimestre, em termos médios homólogos, observou-se que:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional, registou uma queda de 4,9% (redução de 45,1 p.p. face ao observado no segundo trimestre);
- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 5,9% (redução de 29 p.p. face ao observado no segundo trimestre);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 10,2% (redução de 15,6 p.p. face ao observado no segundo trimestre).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2020	2020			2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out	
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-5,7	-9,6	0,4	3,8	12,3	5,8	-	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-2,7	-0,5	0,4	2,9	13,6	15	-	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	-4,1	-10	-0,5	2,3	14,1	0,3	14,1	9,8	3,6	0,3	:	
Vendas de Cimento	VH	10,6	11,7	11,2	10,8	6,6	2,9	-1,3	-0,8	6,1	4,1	-0,6	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-28,3	-23,4	-13,1	6,4	65,4	-25,6	19,1	-35,9	-7,3	-29,6	-5,0	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-27,9	6,0	-8,4	29,1	166,6	-30,4	106,2	-28,5	-27,4	-32,6	24,8	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-22,1	-15,7	-7,3	-14,0	0,7	2,4	-4,5	9,0	5,9	-7,6	-1,4	
Licenças de Construção de fogos	VH	0,5	-2,2	6,5	10,8	25,8	10,2	13,8	10,2	8,6	12,0	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	-5,0	2,1	1,4	7,2	34,9	5,9	16,0	4,1	9,2	5,1	:	
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-15,5	-10,4	-10,6	4,3	40,2	-4,9	5,8	7,3	-12,4	-10,6	:	

* No Comércio por Grosso; ** Excepto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Os dados relativos às Contas Nacionais Trimestrais do INE relativamente ao comércio internacional de bens e serviços, para o terceiro trimestre, registam, em termos homólogos, um aumento das exportações e importações de bens e serviços de 10,2% e 11%, respetivamente (39,8% e 36,3% no segundo trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Comércio Internacional de Bens e Serviços (VH, %)



Fonte: INE.

No mesmo período, e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 9,3% na componente intracomunitária (48,6% no segundo trimestre) e de 23% na componente extracomunitária (50,1% no segundo trimestre);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de 12,4% no mercado intracomunitário (46,9% no segundo trimestre) e de 47,8% na componente extracomunitária (57% no segundo trimestre);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 79,3% (78% em igual período de 2020).

No trimestre terminado em novembro, verificou-se uma ligeira quebra nas opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, interrompendo o crescimento que se vinha verificando desde agosto de 2020.

No sector do turismo, setor relevante para a evolução das exportações de serviços, de acordo com o INE, foram registados no mês de outubro 2,1 milhões de hóspedes e 5,5 milhões de dormidas, correspondendo a aumentos homólogos de 115,5% e 139%, respetivamente.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

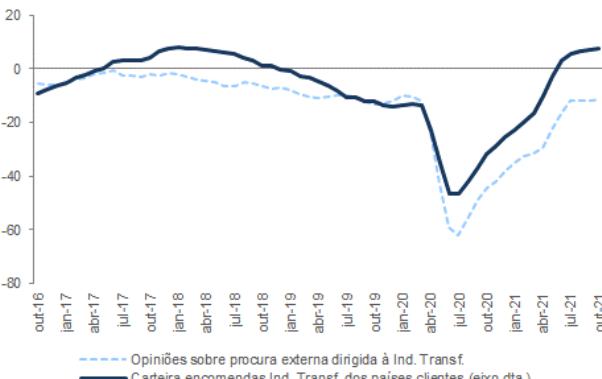
Indicador	Unidade	2020	2020			2021			2021				
			2T	3T	4T	1T	2T		abr	mai	jun	jul	ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-15,6	-14,4	-9,4	39,8	10,2	-	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-12,1	-11,1	-6,2	-4,3	36,3	11,0	-	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,1	-1,2	-2,1	-2,5	-2,7	-3,1	-	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	-0,1	0,1	-0,1	0,0	0,1	:	-	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	-10,3	-3,0	-3,1	6,3	49,0	12,4	54,7	21,4	11,2	16,9	10,3	
Entradas de Bens	VH nom	-14,8	-12,3	-9,5	-5,7	49,3	20,2	55,7	30,3	21,6	21,9	17,5	

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		1900	1900	Dif.
			2T	3T	4T	1T	2T	jan-ago	jan-ago	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	42	995	316	176	-948	1701	-274	928	1203
Saldo Balança de Bens	*	-12 269	-2 592	-2 924	-2 269	-3 494	-4 332	-9 345	-10 095	-750
Saldo Balança de Serviços	*	8 704	2 779	1 844	1 170	1 671	4 111	6 859	6 952	93
Saldo Balança de Rendimentos Primários	*	-3 098	-772	-375	-569	-1203	-950	-2 723	-2 722	1
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	*	4 443	1 161	1 271	1 190	1 563	1 390	3 172	4 143	972

Fonte: BdP.

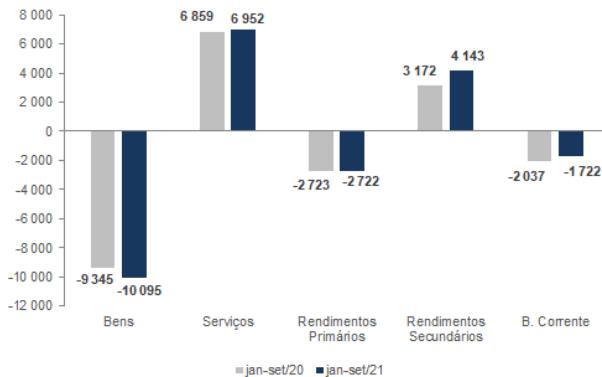
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até setembro de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 1 722 milhões de euros, representando uma melhoria de 316 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz-se na melhoria da balança de serviços e das balanças de rendimentos primários e secundários e na deterioração da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo (em milhões de euros)



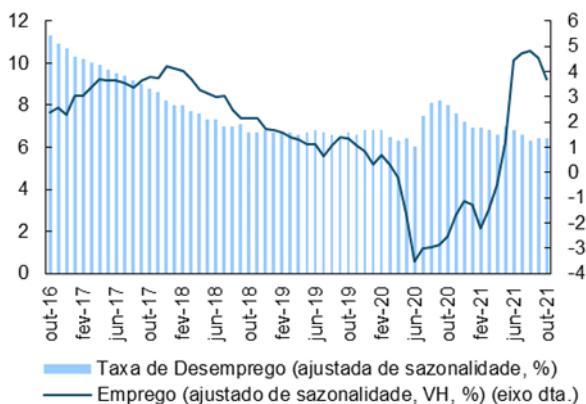
Fonte: BdP.

No mesmo período registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 928 milhões de euros (o que representa um melhoria da capacidade de financiamento em 1 203 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Mercado de Trabalho

Segundo a estimativa do INE, em setembro, a taxa de desemprego situou-se em 6,4%, valor idêntico ao registado no mês anterior e uma redução de 1,6 p.p. comparativamente com o período homólogo.

Figura 2.13. Emprego e Taxa da Desemprego

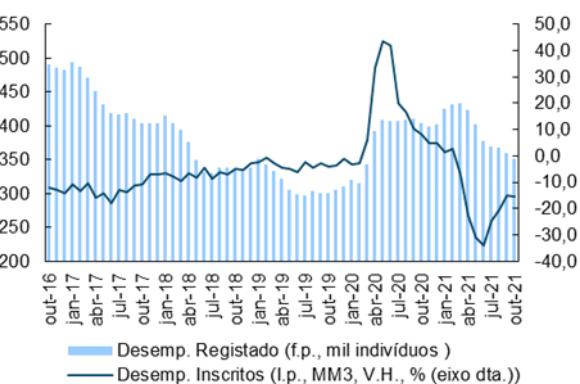


Fonte: INE

No final de outubro, estavam registados nos centros de emprego 351 667 pessoas desempregadas, o que corresponde a uma diminuição de 12,9% (menos 51 887 pessoas) face a outubro de 2020. Em termos mensais, a evolução é igualmente positiva, com menos 7 481 desempregados (-2,1%).

Em outubro, comparativamente com o período homólogo, o desemprego diminuiu em todos os setores, nomeadamente: no agrícola (-11%), na indústria (-17,1%) e nos serviços (-13,2%).

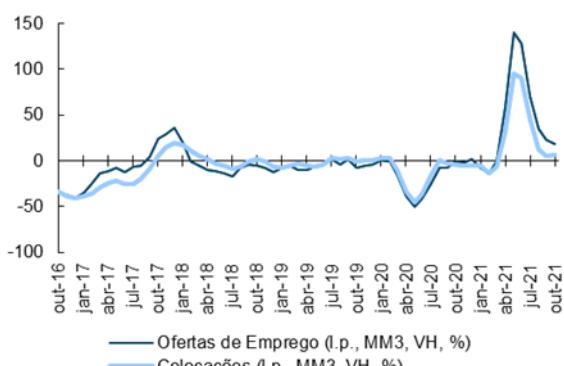
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de outubro, foram 23 606, traduzindo uma variação homóloga de 54,3% e mensal de -0,8%. No último mês, em termos homólogos, o número de desempregados inscritos diminuiu 20,1% (-10,6% em setembro), sendo que a cobertura das colocações cresceu 0,3 p.p., passando para 62,2% das ofertas de emprego.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020			2021			2021			
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Taxa de Desemprego*	%	7,0	8,0	7,3	7,1	6,7	6,1	6,6	6,3	6,4	6,4	:
Emprego Total*	VH	-1,9	-3,1	-1,2	-1,3	4,5	4,7	4,7	4,8	4,6	3,7	:
Desempregado Registrado (f.p.)	VH	29,6	36,1	29,6	25,9	-7,1	-12,4	-7,1	-9,5	-10,0	-12,4	-12,9
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	14,4	10,4	4,9	-6,9	-33,9	-14,9	-26,7	-19,6	-15,3	-10,6	-20,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-17,1	-7,9	1,7	-0,1	128,2	22,4	56,7	24,8	20,5	22,1	12,5
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	6,0	6,8	7,1	-2,7	3,8	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	1,3	2,2	1,1	-0,8	:	-	-	-	-	-

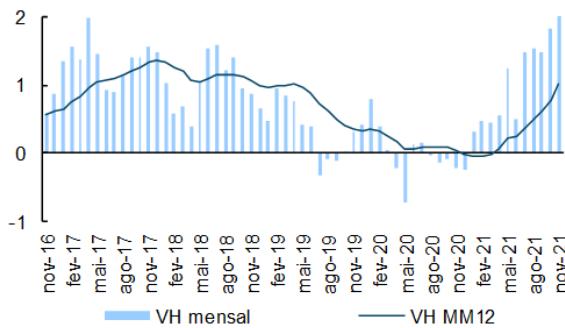
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

Segundo a estimativa rápida do INE, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em novembro foi de 2,6%, superior em 0,8 p.p. relativamente ao mês anterior. Em termos mensais, a variação do IPC foi de 0,5% (valor idêntico em outubro de 2021 e -0,3% em novembro de 2020). O INE estima uma variação média do índice nos últimos doze meses de 1% (0,8% em setembro).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

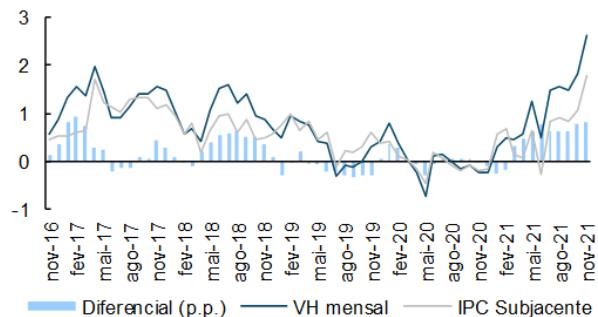


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 1,8% (1,1% em outubro). O índice referente aos produtos energéticos situou-se em 14,2% (13,4% no mês precedente), enquanto o agregado relativo aos produtos alimentares não transformados registrou uma variação de 0,8% (-0,7% em outubro).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi de 0,6%, com uma variação média de 0,5% nos produtos alimentares não transformados e de 5,9% nos produtos energéticos.

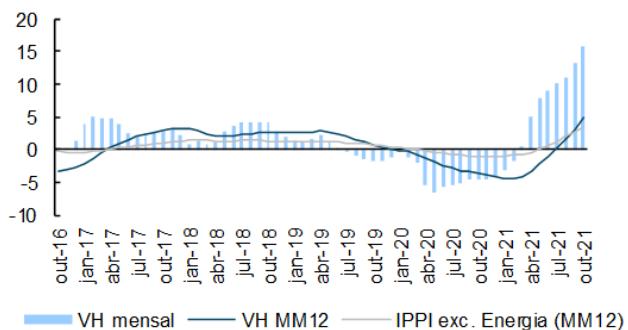
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em outubro, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 15,9% (13,4% em setembro), no qual, o agrupamento de energia, regista uma variação homóloga de 50,6% (39,4% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação homóloga dos preços na produção industrial foi 8,1% (7,3% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2021									
			mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	1,4	0,4	0,2	0,2	-0,3	-0,2	0,9	0,5	0,5	
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	0,5	0,6	1,2	0,5	1,5	1,5	1,5	1,8	2,6	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	
IPC - Bens	VH	-0,5	0,4	1,4	2,2	1,6	2,1	2,1	1,8	2,1	:	
IPC - Serviços	"	0,7	0,5	-0,7	-0,2	-1,1	0,7	0,8	1,0	1,3	:	
IPC Subjacente*	"	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,3	0,8	0,9	0,9	1,1	1,8	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	0,6	5,1	7,8	8,9	10,1	11,0	13,4	15,9	:	
IHPC	"	-0,1	0,1	-0,1	0,5	-0,6	1,1	1,3	1,3	1,8	2,7	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	-1,2	-1,7	-1,5	-2,5	-1,1	-1,7	-2,1	-2,3	:	

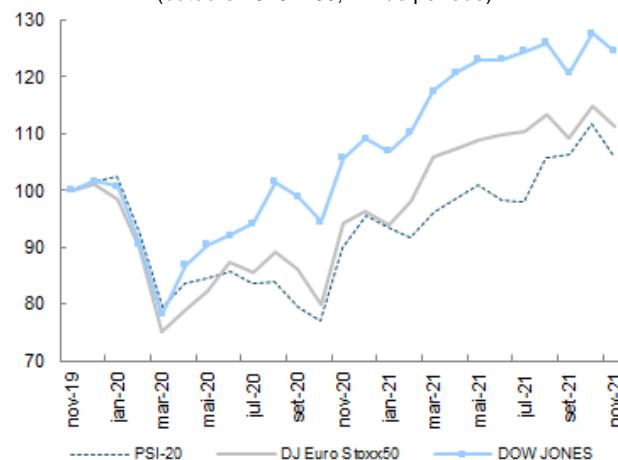
*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais diminuíram em novembro de 2021, refletindo o aumento da incerteza em torno do ritmo de recuperação da economia mundial, associada à deterioração da situação sanitária na Europa; à persistência das perturbações nas cadeias de abastecimento globais e à manutenção de algumas pressões inflacionistas.

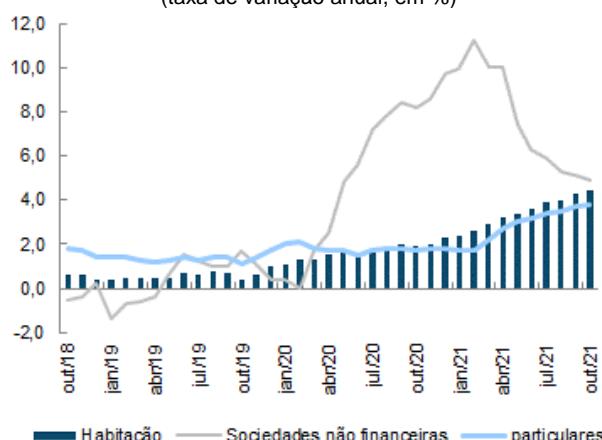
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(outubro 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para nov-21, o valor é do dia 26.

Em Portugal, o ritmo de crescimento dos empréstimos às empresas não financeiras tornou a diminuir, para 4,9% em outubro de 2021 (5,1% em setembro). Para os particulares, este acelerou devido ao reforço do crédito à habitação (4,4%) e ao consumo (1,7%).

Figura 2.20. Empréstimos bancários
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

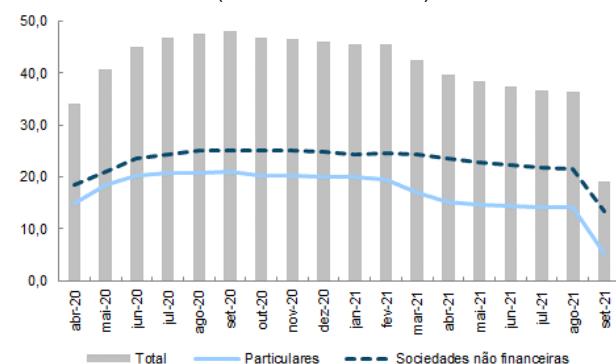
	Unidade	2020	2021									
			fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,322	0,227	0,470	0,457	0,408	0,182	0,214	0,356	0,513	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	64	58	52	68	64	61	64	59	56	62	
PSI20*	VC	-6,1	-19	4,8	2,5	2,6	-2,8	-0,2	7,8	0,8	5,0	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	2,6	2,9	3,2	3,4	3,6	3,9	4,0	4,3	4,4	
- para consumo	va	0,5	-1,7	-1,3	0,3	1,0	1,4	1,6	1,3	1,5	1,7	
Empréstimos a empresas	va	9,7	11,2	10,0	10,0	7,4	6,3	5,9	5,3	5,1	4,9	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,00	0,97	0,95	0,93	0,92	0,90	0,89	0,88	0,87	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,06	2,04	2,03	2,01	2,01	2,00	1,99	1,97	:	

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Quanto aos novos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro, constata-se uma diminuição de cerca de 2,8 mil milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021 face ao período homólogo (-7%), a qual se deveu à quebra de 23% do crédito às empresas; já que este se expandiu no que concerne às famílias (26%), especialmente no segmento da habitação (peso de 68% do total dos particulares, próximo de 2007).

O montante global de empréstimos abrangidos por moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal caiu de forma acentuada para 19,2 mil milhões de euros em finais de setembro de 2021 (-17,2 mil milhões de euros do que em agosto) que resulta do término da moratória pública no final desse mês. Destes, 13,4 mil milhões de euros pertenciam às sociedades não financeiras e 5,4 mil milhões de euros aos particulares.

Figura 2.21. Moratórias bancárias
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente às taxas de juro de novos empréstimos, estas aceleraram para as empresas em setembro de 2021, devido às empresas de maior dimensão; enquanto abrandaram ligeiramente para os particulares, tendo a taxa de juro para a habitação permanecido, em valores historicamente baixos, tendo mantido, pelo terceiro mês consecutivo, em 0,8%.

A taxa de juro soberana das yields da Alemanha a 10 anos baixou para -0,34% em novembro de 2021 (dia 26) comparado com -0,11% no final de outubro. As taxas de juro dos países periféricos da área do euro também diminuíram, mas de forma mais contida do que a Alemanha, levando a uma subida dos seus prémios de risco, o qual se situou em 69 p.b. em Portugal, no dia 26 de novembro (62 p.b., no final de outubro).

Finanças Públicas

No final de outubro de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas apresentou um défice de 6 673 M€, o correspondendo a uma melhoria de 650 M€ face ao mesmo período do ano anterior e bastante aquém do valor esperado para o total do ano (11 153 M€). Esta evolução resulta de um crescimento da *Receita Efetiva* (7,3%) superior ao da *Despesa Efetiva* (5,7%). Estes resultados contêm os impactos económicos e das medidas decorrentes da pandemia de COVID-19 com uma diminuição estimada na receita efetiva de 972 M€ e num aumento da despesa de 4 154 M€.

A evolução da receita, que aumentou 4 888 M€ face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo do crescimento da *Receita Fiscal* (4,7%), das *Contribuições Sociais* (7,5%), bem como das *Outras Transferências Correntes* (58%), em parte justificado pela transferência de fundos europeus. Do lado da despesa, que aumentou 4 238 M€, destaca-se o crescimento i) das *Transferências Correntes* (5,5%), nomeadamente pelo aumento das despesas paga pela Segurança Social, onde se incluem algumas despesas de mitigação do impacto da pandemia e as pensões, assim como a contribuição financeira para a União Europeia, ii) das *Despesas de Capital* (25,9%), devido ao aumento dos encargos com as concessões rodoviárias, à aquisição de computadores para o sector da educação e ainda à transferência para o Novo Banco relacionada com o Acordo de Capitalização Contingente, iii) das *Despesas com Pessoal* (4,8%), influenciadas pelas novas admissões e pelo pagamento de trabalho suplementar no Serviço Nacional de Saúde e pela implementação da medida de apoio à consolidação de aprendizagens na educação, iv) da *Aquisição de Bens e Serviços* (5,6%), justificado em parte pela compra de vacinas da COVID-19, e ainda v) dos *Subsídios* (25,3%) nomeadamente na mitigação económica e social do impacto da COVID-19. Por outro lado, as despesas com *Juros* e *Outros Encargos* compensaram parcialmente o aumento da despesa, diminuindo 7,7% face ao período homólogo. Consequentemente, o *Saldo Primário* registou um défice de 117 M€ (menos 104 M€ que no período homólogo). Por subsectores, a Administração Central registou um défice de 7 596 M€, enquanto os restantes subsectores registaram excedentes, em particular de 860 M€ no subsector Segurança Social e de 63 M€ nas Administrações Regional e Local.

Administração Central

Em outubro, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 7 596 M€, menos 381 M€ que no mesmo período de 2020. O Défice Primário foi de 1 1449 M€, correspondendo a um agravamento homólogo de 159 M€.

Esta evolução é explicada por um aumento da *Receita Efetiva* (5,7%) superior ao da *Despesa Efetiva* (4,2%). Para o comportamento da receita, salientam-se os crescimentos da *Receita Fiscal* (4,4%), assim como das *Outras Transferências Correntes* (121,2%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento da *Despesa de Capital* (19,6%), das *Transferências Correntes* (4,4%) e das *Despesas com o Pessoal* (4,4%). A despesa com os *Juros* e *Outros Encargos* registou uma diminuição (-7,7%).

Por subsetores, o Estado registou em outubro um défice de 8 262 M€ (menos 524 M€ que no período homólogo), e um défice primário de 2 042 M€ (uma melhoria de 41 M€ face ao período homólogo de 2020). Como já foi referido, para estes resultados contribuiu o aumento da *Receita Fiscal*, nomeadamente do *IRS* (8%), do *IVA* (6,4%) e do *Imposto de Selo* (9,6%). Em sentido oposto são de salientar a queda do *IRC* (-5,5%), do *Imposto sobre o Tabaco* (-2,7%) e dos *Outros Impostos Diretos* (-11,7%). Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta aumentou 8,8%, devido essencialmente à transferência de fundos europeus, no âmbito da antecipação do instrumento de Assistência da Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU) e do PRR, e dos *Subsídios* (183,1%).

Em sentido contrário registou-se uma diminuição nos *Rendimentos de Propriedade* (-14,1%) e da *Venda de Bens e Serviços Correntes* (-14,6%).

O subsetor dos *Serviços e Fundos Autónomos* (incluindo EPR) apresentou um saldo positivo de 667 M€, menos 143 M€ face ao período homólogo. O aumento da receita (5%) é justificado pelo crescimento das *Transferências Correntes* (5,5%), nomeadamente da *Administração Central* (4,1%) e da *União Europeia* (102,3%). Do lado da despesa, que cresceu 5,7%, são de salientar os aumentos da despesa com *Subsídios* (40,4%), da *Despesa com Pessoal* (6,3%) e das *Outras Transferências de Capital* (51,6%) e *Correntes* (4,9%), bem como da *Aquisição de Bens e Serviços* (2,7%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021		2021 VHA (%)	
		jan a out			
		10 ⁶ euros	VHA (%)		
Receita Efetiva	47 442	50 150	-6,6	5,7	
Impostos diretos	14 715	15 309	-5,9	4,0	
Impostos indiretos	20 206	21 158	-8,9	4,6	
Despesa Efetiva	55 435	57 746	3,7	4,2	
Despesa com pessoal	14 157	14 777	4,6	4,4	
Aquisição bens e serviços	7 712	8 064	5,1	4,5	
Juros	6 986	6 447	-4,4	-7,7	
Despesa Capital	3 448	4 123	13,9	19,6	
Investimento	2 211	2 509	15,6	13,5	
Saldo Global	-7 994	-7 596	-	-	
Saldo Primário	-1 007	-1 149	-	-	

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclasseficas			
	2020		2021		2020		2021	
	jan a out		jan a out		jan a out		jan a out	
	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	27 474	28 857	75,5	5,0	8 972	9 428	716	5,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 259	3 281	85,3	0,7	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	17 094	17 624	93,4	3,1	869	1015	84,1	16,7
Despesa Efetiva	26 663	28 190	73,8	5,7	9 572	10 104	73,5	5,5
Despesa com pessoal	6 314	6 711	78,5	6,3	3 707	3 987	80,1	7,5
Aquisição de bens e serviços	6 894	7 080	72,3	2,7	3 291	3 139	72,9	-4,7
Transferências correntes	9 685	10 036	82,6	3,6	55	40	516	-26,1
Saldo Global	811	667	-	-	-600	-676	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS até outubro registou um défice de 389 M€, o que representa um agravamento de 346 M€ face ao verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 4,4%, atingindo 9 463 M€, justificado pelo aumento em 3,7% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se cifraram em 8 913 M€.

A despesa total aumentou 8,1% em termos homólogos, atingindo 9 853 M€. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,1% nas *Despesas com Pessoal* e de 9,2% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. No que diz respeito a este último item, é de salientar o aumento da despesa com *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* e *Outros Subcontratos* (20,6%) e da *Aquisição de Bens de Inventário* (9,3%), e a diminuição da despesa com *Parcerias Público-Privadas* (-12,2%).

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020		2021	
	jan a out			Grau de execução (%)
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Total	9 069	9 463	4,4	82,2
Receita fiscal	78	77	-0,6	63,4
Outra receita corrente	8 952	9 348	4,4	83,6
<i>Transferências correntes do OE</i>	8 596	8 913	3,7	-
Receita de capital	39	38	-2,3	17,6
Despesa Total	9 112	9 853	8,1	84,9
Despesa com pessoal	3 714	4 053	9,1	84,2
Aquisição de bens e serviços	5 061	5 526	9,2	86,2
Despesa de capital	217	161	-25,9	54,9
Saldo Global	- 43	- 389	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

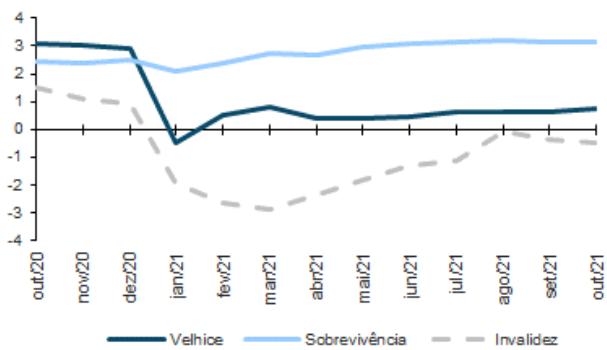
Segurança Social

No final de outubro, a Segurança Social apresentou um excedente de 860 M€, ou seja, uma melhoria do saldo de 558 M€ face ao verificado no mesmo período de 2020.

A receita efetiva cresceu 6,6% em termos homólogos para o qual contribuiu o aumento das receitas com *Contribuições e quotizações* (9%), do *Fundo Social Europeu* (14,4%) e das *Outras Receitas Correntes* (26,9%). As *Transferências do Orçamento do Estado* diminuíram 04% devido à redução das transferências para o financiamento das medidas relacionadas com a COVID-19, já que as transferências no âmbito do financiamento da Lei de Bases da Segurança Social aumentaram (3,8%).

A despesa efetiva aumentou 4,4%, em resultado, essencialmente, do aumento da despesa com *Pensões* (2,7%), com *Ações de Formação Profissional com suporte no Fundo Social Europeu* (20,1%), com as *Prestações de Desemprego* (10,3%), com as *Medidas excepcionais e temporárias relacionadas com o COVID-19* (9,1%), e, ainda, com a *Prestação Social para a Inclusão* (31,6%) e com a *Ação Social* (6,4%).

Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.

Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2020		2021	
	jan a out			Grau de execução (%)
	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	24 397	26 016	6,6	82,1
Contribuições e quotizações	14 696	16 018	9,0	84,6
<i>Transferências correntes da Administração Central</i>	7 921	7 898	-0,3	78,6
Despesa Efetiva	24 096	25 157	4,4	81,8
Pensões	14 103	14 486	2,7	77,7
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 235	1 362	10,3	82,9
Outras Prestações Sociais	6 194	6 532	5,5	80,3
Saldo Global	301	859	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO

Administração Regional

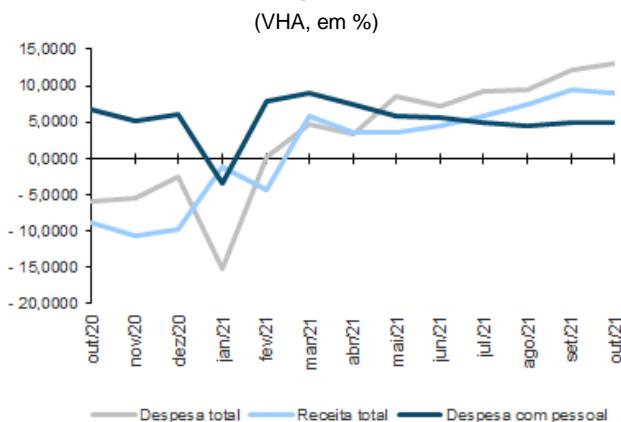
No final de outubro de 2021 a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 204 M€, o que representa uma deterioração de 94 M€ em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo maior crescimento da *Despesa Efetiva* (13%) face ao aumento da *Receita Efetiva* (9%).

Contudo, este comportamento tem subjacente uma melhoria do défice da Região Autónoma dos Açores em 29 M€ (que passou de 95 M€ para 66 M€), enquanto o da Região Autónoma da Madeira registou um agravamento de 123 M€ (de 15 M€ para 138 M€).

A evolução da *Despesa Efetiva* deve-se ao aumento da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (17,4%), da *Despesa de Capital* (33,3%), bem como das *Outras Transferências Correntes* (20,8%) e dos *Subsídios* (60,1%). Em sentido inverso, verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-22%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento das *Outras receitas Correntes* (67,2%), das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (4,3%) e da *União Europeia* (138%) e da *Receita Fiscal* (3,7%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

Administração Local

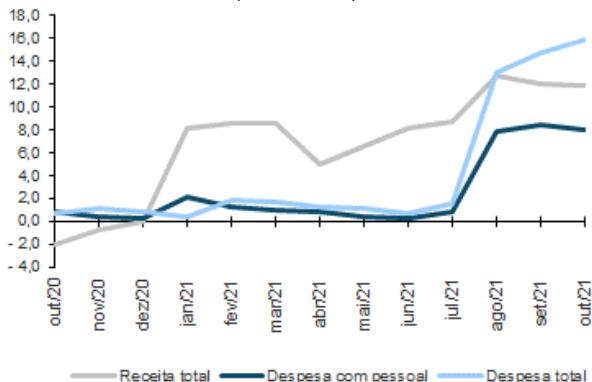
O excedente da Administração Local cifrou-se em 267 M€ até ao final de outubro, menos 195 M€ que no período homólogo. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (11,9%) que foi mais que compensado pela subida da *Despesa Efetiva* (15,8%).

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento da *Receita Fiscal* (9,7%), das *Transferências de Capital da União Europeia* (51,6%), das *Transferências do Orçamento do Estado* (7,1% as correntes e 10,2% as de capital), assim como das *Taxas, Multas e Outras Penalidades* (10,1%) e das *Outras Receitas Correntes* (4,2%).

Para o comportamento da despesa contribuiu o aumento da despesa com a *Aquisição de Bens de Capital* (40,9%), da *Despesa com Pessoal* (8%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (7,4%) e, ainda, das *Outras Transferências Correntes* (29,8%) e dos *Subsídios* (66,7%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional		Administração Local			
	2020		2020			
	jan a out		jan a out			
	10º euros	VHA (%)	10º euros	VHA (%)		
Receita Total	1 960	2 137	9,0	6 790	7 510	11,9
Impostos	1 191	1 235	3,7	2 404	2 615	9,7
Transferências correntes	421	466	10,5	2 454	2 746	11,4
Transferências de capital	233	253	8,7	602	837	29,0
Despesa Total	2 071	2 341	13,0	6 185	7 243	15,8
Pessoal	941	988	5,0	2 088	2 311	8,0
Aquisição de bens e serviços	493	579	17,4	1 759	1 784	7,4
Juros e outros encargos	110	86	-22,0	34	25	-14,5
Transferências correntes	189	230	21,6	665	804	17,2
Investimento	95	117	24,1	1 166	1 799	40,9
Transferências de capital	182	251	38,3	234	251	-1,1
Saldo Global	- 110	- 204	-	605	267	-

Fonte: DGO.

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de setembro de 2021, a dívida pública atingiu 271 509 M€, uma diminuição de 2 076 M€ face ao mês anterior e mais 1 018 M€ que no final de 2020. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou uma diminuição de 2 576 M€ face ao verificado no final de agosto e mais 2 384 M€ que no final do ano de 2020, correspondendo a uma diminuição dos depósitos em 1 366 M€ face ao final de 2020.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2020	31/08/2021	30/09/2021
Administrações Públicas	270 491	273 585	271 509
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 292	280 492	278 825
Administração Regional e Local	10 455	10 987	11 416
Segurança Social	3	1	1
Consolidação entre subsectores	18 401	17 895	18 733
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 713	16 972	17 267
Depósitos das Administrações Públicas	23 924	22 058	22 558

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 567 M€ em outubro, uma diminuição de 13 M€ face ao mês anterior, e mais 176 M€ que em final de 2020. A variação mensal resultou da diminuição da dívida não financeira da Administração Central (12 M€), a que se juntou a diminuição verificada na Administração Regional (1 M€).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 set	2021 out
Administrações Públicas	1 391	1 580	1 567
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	406	539	527
Administração Regional	82	138	137
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) cifraram-se em 785 M€ em outubro, correspondendo a um aumento de 85 M€ face ao mês anterior e de 406 M€ em relação ao final de 2020. A variação resulta, maioritariamente, do aumento verificado nos Hospitais EPE (86 M€ face ao mês anterior), parcialmente compensado com a diminuição na Administração Regional (11 M€).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 set	2021 out
Administrações Públicas	379	700	785
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	40	42
SNS	3	5	6
Hospitais EPE	147	468	553
Empresas Públicas Reclassificadas	25	21	27
Administração Regional	121	110	100
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	379	701	785

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de outubro, a dívida direta do Estado atingiu 270 216 M€ (menos 282 M€ que no final do mês anterior) e 269 821 M€ após cobertura cambial. Para esta evolução contribuiu a amortização líquida de dívida transacionável (283 M€), não obstante a emissão líquida de Obrigações do Tesouro (100 M€).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/set/21	2021 out			31/out/21
		Saldo	Emissões	Amortiz.	
Transacionável	171 922	1 044	1 508	182	171 639
da qual: Bilhetes do Tesouro	7 219	:	:	:	7 219
da qual: Obrigações Tesouro	153 343	1 044	1 101	158	153 443
Não Transacionável	43 186	467	466	:	43 187
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	30 226	370	325	:	30 271
da qual: CEDIC e CEDIM	8 858	51	40	:	8 868
Empréstimos Oficiais	55 039	:	:	:	55 039
Total	270 498	1 511	1 974	182	270 216
Dívida total após cobertura cambial	270 050	-	-	-	269 821

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 10 de novembro, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 686 milhões de euros da OT 0,3%17OUT2031, à taxa de -0,314%, e 314 milhões de euros da OT 4,1% 15APR2037 à taxa de 0,622%.